23 de Setembro de 2021 CONTAS NACIONAIS ANUAIS (BASE 2016) 2019 (final) e 2020 (provisório)

## PIB EM VOLUME AUMENTOU 2,7% EM 2019 E CONTRAIU 8,4% EM 2020

No ano de 2020, marcado pelos efeitos económicos da pandemia COVID-19, o Produto Interno Bruto (PIB) ascendeu a 200,1 mil milhões de euros, o que representou uma diminuição nominal de 6,7% (+4,5% em 2019) e real de 8,4% (+2,7% em 2019), sendo o deflator implícito de 1,9% (1,7% em 2019). Com este resultado, 2020 passa a ser o ano com maior contração da atividade económica desde 1995 (início desta série das Contas Nacionais).

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) diminuiu 5,7% em 2020, após o crescimento de 4,3% em 2019. A taxa de poupança das famílias disparou para 12,8%, 5,6 pontos percentuais (p.p.) superior ao ano anterior. A economia apresentou uma necessidade de financiamento de 0,1% do PIB, que contrasta com a capacidade de financiamento (1,0%) registada em 2019.

Os resultados apresentados, que correspondem à versão final de 2019 e à versão provisória de 2020 das Contas Nacionais, traduzem uma revisão em alta do PIB em 2019, de 0,2% em valor e volume, e uma revisão em baixa em 2020, de 1,3% em valor e 0,8% em volume, relativamente aos dados anteriormente divulgados. A revisão dos valores referentes a 2020 foi fundamentalmente determinada pela ainda maior contração que a inicialmente estimada das atividades de *alojamento e restauração* e *transporte e armazenagem*. Esta revisão traduziu sobretudo a incorporação dos resultados da Informação Empresarial Simplificada referente a 2020 entretanto disponibilizada.

Neste destaque divulgam-se os resultados finais de 2019 e provisórios de 2020 das Contas Nacionais Portuguesas.

A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, diferenciando-se da versão provisória principalmente pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação, tratamento e análise da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, com que são construídas.

Os resultados provisórios para 2020 refletem, além dos impactos diretos decorrentes da compilação dos resultados finais de 2019, informação mais desenvolvida sobre o setor das Administrações Públicas, a inclusão de dados revistos referentes ao comércio internacional de bens e serviços e, sobretudo, a integração dos dados da Informação Empresarial Simplificada (IES). Como habitualmente, a nova informação anual é

incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, conduzindo à revisão dos resultados trimestrais para o novo ano disponível e os trimestres subsequentes.

Tendo em conta a magnitude, maior que o habitual, das revisões de 2020, ano profundamente marcado pela pandemia COVID-19, após a apresentação dos principais resultados para 2019 e 2020 segue-se uma secção sobre as revisões das Contas Nacionais.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: <a href="https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\_cnacionais">https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\_cnacionais</a>.

I – Principais resultados para 2019 e 2020

O PIB estimado para 2020 diminuiu 6,7%, para 200 088 milhões de euros

O PIB estimado para 2020 foi de 200 088 milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição nominal de 6,7% (+4,5% em 2019) e real de 8,4% (+2,7% em 2019), e um deflator implícito de 1,9% (1,7% em 2019).

Figura 1. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Despesa

	Valor (10 <sup>6</sup> €)			Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2018	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Despesa de consumo final residentes	166 706	173 762	166 793	4,2	-4,0	3,0	-5,5
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	131 871	137 324	128 483	4,1	-6,4	3,3	-7,1
Despesa de consumo final das AP (2)	34 834	36 438	38 309	4,6	5,1	2,1	0,4
Formação bruta de capital	37 529	39 643	37 521	5,6	-5,4	3,2	-5,7
da qual: Formação bruta de capital fixo	35 953	38 815	38 183	8,0	-1,6	5,4	-2,7
Exportações de bens e serviços	89 144	93 271	74 097	4,6	-20,6	4,1	-18,6
Exportação de bens (FOB) (3)	60 683	62 687	54 142	3,3	-13,6	3,6	-11,4
Exportação de serviços	28 461	30 584	19 955	7,5	-34,8	5,0	-34,0
Importações de bens e serviços	88 194	92 302	78 323	4,7	-15,1	4,9	-12,1
Importação de bens (FOB) (3)	73 963	76 589	66 022	3,6	-13,8	4,2	-10,3
Importações de serviços	14 231	15 713	12 301	10,4	-21,7	8,6	-21,1
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB							
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)				1,8	-2,0	1,2	-2,6
Despesa de consumo final das AP (2)				0,7	0,8	0,3	0,1
Formação bruta de capital				0,9	-0,1	0,5	-0,4
Exportações de bens e serviços				1,1	-5,4	0,7	-5,4
Produto Interno Bruto a preços de mercado	205 184	214 375	200 088	4,5	-6,7	2,7	-8,4

<sup>1)</sup> ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – "Free on Board".

Focando a análise nas variações em volume, as Exportações de Bens e Serviços e a Despesa de Consumo Final das Famílias, com contributos<sup>1</sup> de -5,4 p.p. e -2,6 p.p. (+0,7 p.p. e +1,2 p.p. no ano anterior), foram responsáveis por 96% da contração do PIB. A redução do contributo das Exportações deveu-se principalmente à variação muito negativa dos serviços de turismo, cujo contributo foi -3,7 p.p.. O Investimento contribuiu com -0,3 p.p. (+0,5 p.p. em 2019) e a Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas teve um contributo positivo nos dois anos (+0,1 p.p. e +0,3 p.p., pela mesma ordem).

As Exportações de Bens e Serviços reduziram-se de forma significativa (-18,6%), destacando-se a contração particularmente acentuada das Exportações de Serviços (diminuição de 34,0%), em grande medida devido à já referida redução da atividade turística.

A taxa de investimento na economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, atingiu 19,1% em 2020, mais 1,0 p.p. que no ano anterior, como resultado das variações negativas de 1,6% e 6,7% observadas para a FBCF e para o PIB nominal, respetivamente.

A diminuição da FBCF da economia em 2020 foi determinada sobretudo pela FBCF das Sociedades, que registaram um decréscimo de 3,9% (aumento de 8,8% no ano anterior), mais que compensando o aumento de 14,0% da FBCF das AP. O sector das Famílias<sup>2</sup> registou uma diminuição de 1,6% da FBCF em 2020.

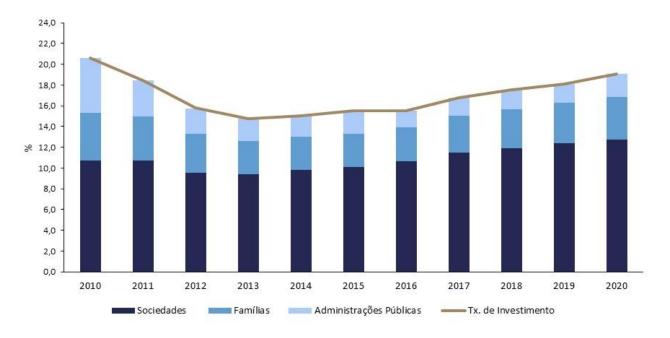


Figura 2. Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Os contributos para o crescimento do PIB apresentados correspondem a contributos líquidos de importações calculados com base no sistema de matrizes Input-Output, compilado para 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias

Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) diminuiu 7,2% em termos reais

Após o crescimento em 2019 de 2,6%, o VAB registou uma variação de -7,2% em volume. Como se pode observar na figura 3, o VAB das atividades de *alojamento e restauração* diminuiu 46,3% e o dos *transportes e armazenagem* contraiu 19,5%, sendo as atividades onde se fez sentir mais intensamente o impacto da pandemia COVID-19, refletindo os condicionamentos à mobilidade das pessoas no contexto da pandemia, nomeadamente às deslocações turísticas e ao transporte aéreo. Também o ramo dos *outros serviços*, onde se incluem nomeadamente as atividades culturais, desportivas, recreativas e serviços pessoais, contraiu expressivamente (-15,2%). Reduções mais moderadas do VAB ocorreram nas atividades *financeiras e seguros* (-1,6%), *imobiliárias* (-1,2%) e *administração pública, saúde e educação* (-1,4%). Os ramos da *construção* e dos *serviços de informação e comunicação*, com crescimentos de 3,0% e 4,1%, respetivamente, constituíram as exceções à contração da atividade económica. Note-se ainda que a redução dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos (variações de -15,9% e -10,6% em volume e valor, respetivamente), sobretudo da receita do IVA, foi mais intensa que a do VAB, contribuindo assim para uma maior contração do PIB.

Figura 3. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Produção

	Variação en	n valor (%)	Variação em volume (%)	
	2019	2020	2019	2020
Valor Acrescentado Bruto	4,5	-6,1	2,6	-7,2
Agricultura, silvicultura e pesca	7,1	-5,9	3,3	-5,9
Indústria e energia	0,5	-6,2	0,5	-7,4
Construção	8,4	4,4	5,0	3,0
Comércio e reparação automóvel	3,1	-4,0	2,3	-4,7
Alojamento e restauração	4,9	-44,9	3,6	-46,3
Transportes e armazenagem	6,9	-28,6	3,9	-19,5
Serviços de informação e comunicação	14,3	7,4	10,2	4,1
Financeiras e seguros	5,2	-0,8	2,1	-1,6
Imobiliárias	4,5	1,4	1,1	-1,2
Outros serviços prestados às empresas	7,5	-8,1	5,8	-9,7
Administração pública, saúde e educação	4,3	1,8	2,0	-1,4
Outros serviços	5,2	-13,7	3,1	-15,2
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	4,0	-10,6	3,0	-15,9
Discrepância				
Produto Interno Bruto	4,5	-6,7	2,7	-8,4

Estima-se uma redução de 9,3% das horas trabalhadas em 2020

Em 2019, o emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC)<sup>3</sup>, aumentou 1,8%, tendência que mantém desde 2014. Para este aumento contribuíram, essencialmente, os ramos *comércio*, *reparação automóvel; restauração e alojamento; construção; transportes e comunicações; serviços não mercantis*, com variações de 2,0%, 5,7%, 6,9% e 1,7%, respetivamente. Em sentido oposto, apenas o ramo da *agricultura, silvicultura e pesca* apresentou uma redução de emprego (4,4% face ao ano anterior). Este crescimento medido em ETC superou o aumento dos indivíduos empregados (0,8%). A outra medida de volume de emprego, as horas trabalhadas, aumentou 1,2%.

Em 2020, o emprego, medido em número de indivíduos, diminuiu 1,9% (crescimento de 0,8% em 2019), refletindo em parte as medidas de apoio à manutenção do emprego. Todavia, a diminuição de horas trabalhadas foi bastante mais acentuada, atingindo uma variação de -9,3% (crescimento de 1,2% em 2019).

As remunerações, que tinham crescido 6,0% em 2019, refletindo o aumento do emprego remunerado de 1,6% e da remuneração média por ETC de 4,3%, quase estagnaram em 2020 (+0,5%).

O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das Sociedades não Financeiras (SNF) diminuiu 17,9% em 2020, como consequência direta da redução de 9,1% do VAB do sector, apesar do aumento de subsídios recebidos. A taxa de margem operacional<sup>4</sup> reduziu-se para 19,6% em 2020 (26,2% no ano anterior).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A variável ETC apenas é compilada com a versão final das Contas Nacionais. A compilação de resultados finais sobre o emprego na ótica das Contas Nacionais beneficia da disponibilidade dos dados dos quadros de pessoal do Relatório Único, cuja última edição respeita a 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Obtida pelo rácio entre o Excedente Líquido de Exploração e o Valor Acrescentado Líquido

Figura 4. Emprego, remunerações e produtividade

				riação (%)
	2019	2020	2019	2020
VAB (10 <sup>6</sup> €)				
Preços correntes	185 536	174 310	4,5	-6,1
Preços do ano anterior	182 151	172 105	2,6	-7,2
Emprego				
Horas (10 <sup>6</sup> )	9 370	8 496	1,2	-9,3
ETC (10 <sup>3</sup> )	4 807	-	1,8	-
Indivíduos (10³)	4 953	4 861	0,8	-1,9
Emprego Remunerado				
Horas (10 <sup>6</sup> )	7 998	7 308	1,2	-8,6
ETC (10 <sup>3</sup> )	4 175	-	1,6	
Indivíduos (10³)	4 260	4 200	1,1	-1,4
Remunerações (10 <sup>6</sup> €)	97 099	97 625	6,0	0,5
Ordenados e salários (10 <sup>6</sup> €)	75 436	75 867	5,9	0,6
Impostos líquidos de subsídios à produção (106 €)	1 121	-1 648		
Excedente/Rendimento misto bruto (10 <sup>6</sup> €)	87 316	78 333	3,2	-10,3
Remuneração média anual (€)				
Horas	12,1	13,4	4,7	10,0
ETC	23 256	-	4,3	-
Indivíduos	22 792	23 243	4,8	2,0
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	9,4	10,4	4,6	10,1
ETC	18 068	-	4,3	-
Indivíduos	17 707	18 062	4,7	2,0
Variação real da produtividade do trabalho				
Horas			1,5	2,3
ETC			0,8	-
Indivíduos			1,8	-5,5
Variação dos custos de trabalho por unidade				
produzida 			0.5	
Horas			3,2	7,6
ETC			3,5	-
Indivíduos			2,9	7,9

Em 2019 a produtividade aumentou 0,8% e os custos unitários do trabalho por unidade produzida 3,5%

Em 2019, a produtividade do trabalho aumentou 0,8%, em resultado do crescimento do VAB de 2,6% e de 1,8% do emprego, medido em ETC. Note-se, no entanto, a oscilação do indicador em função da variável utilizada para medir o volume de trabalho. Com efeito, em 2019 o emprego medido em horas trabalhadas ou indivíduos, cresceu menos intensamente que medido em ETC, sendo o crescimento da produtividade bastante mais forte (1,5% e 1,8%, pela mesma ordem) se medido com estes referenciais. Como mostra a figura seguinte, os três agrupamentos indicados <sup>5</sup> (*transacionáveis; não transacionáveis mercantis* e não transacionáveis não mercantis) apresentaram aumentos de produtividade (2,2%, 0,2% e 0,3%), situação que não se verificava desde 2007.

<sup>5</sup> Informação adicional sobre a constituição destes agrupamentos pode ser encontrada na página 6 do documento disponível na seguinte ligação: <a href="https://www.ine.pt/ngt\_server/attachfileu.jsp?look\_parentBoui=149571701&att\_display=n&att\_download=y">https://www.ine.pt/ngt\_server/attachfileu.jsp?look\_parentBoui=149571701&att\_display=n&att\_download=y</a>

Como se pode ver na figura anterior, em 2020 os resultados deste indicador são totalmente distintos consoante a variável utilizada, oscilando entre 2,3% se medido com base nas horas trabalhadas (o indicador mais adequado) e -5,5% se medido com base nos indivíduos.

A variação de 4,3% da remuneração média, conjugada com o crescimento da produtividade, conduziram ao aumento de 3,5% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida em 2019. Em 2020 observou-se um crescimento mais intenso deste indicador, que aumentou 7,6%, aumento este indissociável das medidas de políticas públicas de apoio ao rendimento e emprego, nomeadamente o regime do *layoff* simplificado.

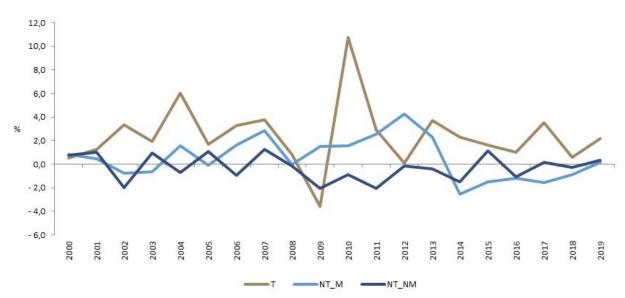


Figura 5. Variação real da produtividade do trabalho

Notas: T - ramos de atividade transacionáveis; NT-M – ramos de atividade não transacionáveis mercantis; NT-NM – ramos de atividade não transacionáveis não mercantis

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) diminuiu 5,7% em 2020

Em 2020, o RNB registou uma variação de -5,7%, que compara com 4,3% em 2019. A redução do RNB foi consequência direta da diminuição do PIB nominal, atenuada pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior para -2,5% do PIB em 2020 (-3,4% em 2019).

Figura 6. PIB, RNB e RDB

	PI	В	RI	NB	RI	ОВ
Ano	Valor (10 <sup>6</sup> €)	Variação em valor (%)	Valor (10 <sup>6</sup> €)	Variação em valor (%)	Valor (10 <sup>6</sup> €)	Variação em valor (%)
2010	179 611	2,4	173 896	2,6	174 772	2,6
2011	176 096	-2,0	173 243	-0,4	174 559	-0,1
2012	168 296	-4,4	164 312	-5,2	166 151	-4,8
2013	170 492	1,3	168 213	2,4	170 382	2,5
2014	173 054	1,5	169 513	0,8	172 550	1,3
2015	179 713	3,8	174 892	3,2	178 366	3,4
2016	186 490	3,8	181 960	4,0	185 549	4,0
2017	195 947	5,1	191 348	5,2	195 931	5,6
2018	205 184	4,7	200 173	4,6	204 752	4,5
2019	214 375	4,5	208 806	4,3	213 689	4,4
2020	200 088	-6,7	196 928	-5,7	201 906	-5,5

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) diminuiu 5,5% em 2020

O RDB da economia registou uma diminuição de 5,5% em 2020 (variação de + 4,4% em 2019) o que, conjugada com a redução de 4,0% da Despesa de Consumo Final, determinou uma diminuição de 12,1% da poupança bruta da economia em 2020 (crescimento de 4,9% no ano anterior).

O RDB nominal das Famílias<sup>6</sup> atingiu 146,8 mil milhões de euros em 2020, o que representa uma redução de 0,7%, que compara com um aumento de 4,6% em 2019. A redução do RDB foi devida à diminuição do EBE do sector (-4,8% em 2020), parcialmente compensada pelo aumento das prestações sociais recebidas. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou uma redução de 2,8%, devida principalmente à diminuição de 4,8% dos rendimentos recebidos.

O RDB ajustado *per capita* estabilizou em 16,4 mil euros em 2020, igual ao registado no ano anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

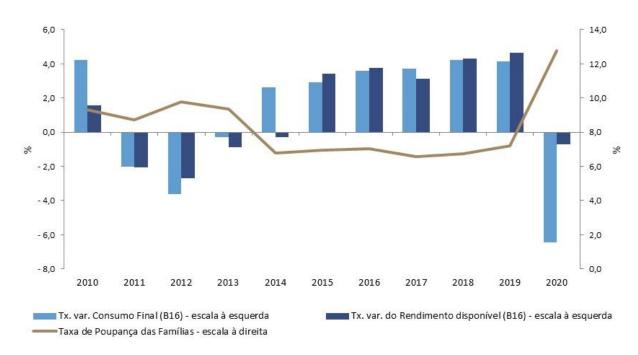
<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Inclui Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias

Figura 7. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias

	Remune- rações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade liquídos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)++(5) - (6)
2010	0,9	0,6	-0,9	0,5	0,3	-0,1	1,5
2011	-2,5	-0,6	0,4	1,0	0,5	0,7	-2,0
2012	-4,9	0,4	0,6	1,5	-0,8	-0,5	-2,7
2013	0,7	0,2	0,2	0,3	0,5	2,8	-0,9
2014	0,2	0,0	-0,1	-0,5	0,3	0,1	-0,3
2015	1,7	0,1	0,5	0,5	0,5	-0,1	3,4
2016	2,3	0,8	0,1	0,0	0,2	-0,5	3,8
2017	3,7	0,7	-1,2	-0,4	0,4	0,1	3,1
2018	4,1	1,1	-0,5	0,0	0,1	0,5	4,3
2019	3,9	0,9	-0,2	0,0	0,2	0,2	4,6
2020	0,3	-1,2	-0,2	0,8	-0,1	0,4	-0,7

A Despesa de Consumo Final das Famílias diminuiu 6,4% em 2020, que compara com um aumento de 4,1% em 2019. Devido à redução do consumo, muito superior à redução do RDB, a poupança das Famílias registou um crescimento notavelmente elevado (+76,5%) em 2020, determinando uma taxa de poupança de 12,8% em 2020 (7,2% no ano anterior), ao nível da observada no início dos anos 2000.

Figura 8. Taxa de poupança das Famílias



A necessidade de financiamento da economia fixou-se em 0,1% do PIB em 2020

A necessidade de financiamento da economia fixou-se em 0,1% do PIB em 2020, o que representa uma redução do saldo em 1,1 p.p. relativamente ao ano anterior. Este comportamento deveu-se à diminuição da Poupança Bruta da economia anteriormente referida, atenuada pela redução de 1,6% da FBCF.

Para as Famílias, a capacidade de financiamento atingiu 6,3% do PIB, como consequência direta do aumento da poupança. O setor das AP registou uma necessidade de financiamento de 5,8%, refletindo sobretudo o aumento da despesa com subsídios à exploração e a diminuição dos impostos sobre a produção.

As SNF registaram uma necessidade de financiamento de 2,8% do PIB em 2020, que representou uma diminuição em 0,5 p.p. do défice deste setor. Esta evolução do saldo foi determinada pelo grande aumento dos subsídios recebidos, atingindo 3,2 mil milhões de euros, combinado com uma redução de 5,3% da Formação Bruta de Capital Fixo.

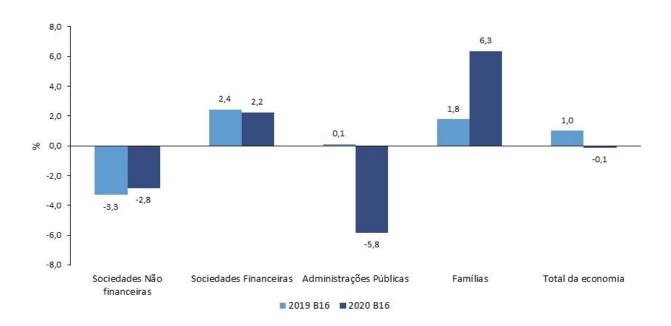


Figura 9. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)

II – Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora divulgados traduzem uma revisão pouco expressiva do PIB em 2019 (+0,2 p.p. em valor e volume<sup>7</sup>) e uma revisão mais significativa em 2020 (-1,3% em valor e -0,8% em volume).

A existência de revisões é inerente ao processo de produção de Contas Nacionais. Entre outros motivos para as revisões, salientam-se a disponibilidade crescente de informação relativamente ao período de referência nos dois anos posteriores e as limitações inerentes aos métodos utilizados para obter estimativas de elevada frequência (trimestral) a partir de informação parcial<sup>8</sup>. Em função da disponibilidade da informação e da metodologia utilizada, o sistema estatístico de Contas Nacionais produz três níveis de resultados anuais: **Preliminares**, que correspondem à simples agregação dos resultados para os quatros trimestres do ano e ficam disponíveis até 60 dias após o final do ano a que respeitam; **Provisórios**, que se baseiam num volume de informação de base consideravelmente mais alargado, com destaque para a IES, e ficam disponíveis nove meses após o final do ano; e **Finais**, que se baseiam num conjunto de informação ainda mais alargada e estabilizada e que seguem uma metodologia orientada para a obtenção de um grau de detalhe bastante aprofundado, sendo publicadas 21 meses após o ano de referência.

Em particular no caso das contas preliminares, a estimativa do PIB baseia-se sobretudo na ótica da despesa, visto que a informação disponível para o apuramento do PIB na ótica da produção é muito parcial. Efetivamente, quando estas estimativas são produzidas não se dispõe ainda de informação suficiente sobre o comportamento dos consumos intermédios, sendo o VAB apurado tendo como referência indicadores de produção. Ou seja, assume-se implicitamente que a relação técnica entre produção e consumos intermédios não se altera tendencialmente. As versões posteriores, provisórias e finais, já beneficiam da disponibilidade daquela informação, sendo o VAB obtido por subtração do consumo intermédio à produção, i.e., permitindo, neste caso, ter em conta alterações da relação técnica atrás referida. A versão final de compilação de Contas Nacionais é construída a partir do Quadro de Equilíbrio de Recursos e Utilizações, que reconcilia as óticas da produção e da despesa, assegurando o equilíbrio, para cada categoria de bens e serviços, entre oferta global (produção interna + importações) e procura global (consumo intermédio + despesas finais de consumo + investimento + exportações).

Importa destacar a importância crucial da IES para a elaboração das contas provisórias e finais. Esta fonte abrange totalmente o setor das Sociedades<sup>9</sup> e permite obter informação de contrapartida para outros setores institucionais, na medida que possibilita inferir relações de transação económica intersectoriais. A IES caracteriza-se pela sua exaustividade (mais de 490 mil respostas de empresas), pelo elevado grau de consolidação (é a última "peça" de informação declarativa disponibilizada pelas empresas) e pelo elevado nível de pormenor (contém todas as informações contabilísticas, nomeadamente custos, proveitos, ativos e

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A revisão em 2019 centrou-se essencialmente numa reavaliação em alta do consumo público em consequência da apropriação de informação final relativa às Administrações Públicas.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Para melhor compreensão dos motivos das revisões sugere-se a consulta da publicação <u>Como se calcula o PIB</u>.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Além das sociedades, abrange ainda algumas outras entidades que, em Contas Nacionais, são classificadas noutros setores institucionais, nomeadamente algumas empresas que, em função das suas características, são classificadas nas Administrações Públicas.

emprego, incluindo detalhes regionais e por atividade económica, num total superior a 4 000 variáveis). Estas características determinam, quase invariavelmente, a necessidade de rever as estimativas trimestrais de Contas Nacionais, nomeadamente as referentes ao VAB. Num ano marcado pelo choque da pandemia, a IES referente a 2020 veio revelar uma maior intensidade da crise económica que a inicialmente apurada no âmbito das estimativas trimestrais, com destaque para dois ramos: *alojamento e restauração* e *transportes e armazenagem* (ver figuras seguintes).

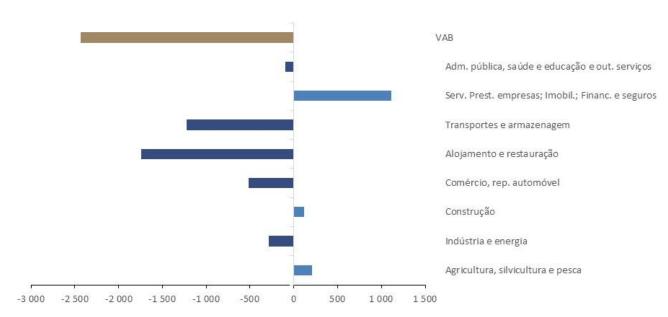


Figura 10. Revisão nominal do VAB 2020 (10<sup>6</sup> euros)

O quadro seguinte apresenta as revisões nas taxas de variação em valor e volume do PIB na ótica de produção. Os dois ramos anteriormente referidos viram as taxas de variação em volume agravadas em 13,7 p.p. e 7,0 p.p., pela mesma ordem, contribuindo, no conjunto, com 1,1 p.p. para a revisão do VAB total. Note-se também que a informação agora disponível levou a que o desempenho do resto da economia fosse revisto em alta, de uma variação em volume de -2,3% para -2,1%, sendo de destacar a revisão em alta dos outros serviços (+5,0 p.p.), da agricultura e dos outros serviços prestados às empresas (+3,1 p.p. cada).

Figura 11. Revisão das taxas de varição do PIB e suas componentes – ótica da produção

	Variação valor (	revisão p.p.)	Variação volume	e (revisão p.p.)
	2019	2020	2019	2020
Valor Acrescentado Bruto	0,2	-1,5	0,2	-0,8
Agricultura, silvicultura e pesca	2,2	2,8	-0,1	3,1
Indústria e energia	-0,2	-0,6	1,3	0,2
Construção	1,4	0,1	-0,1	-0,2
Comércio e reparação automóvel	-2,0	-0,3	-2,3	0,0
Alojamento e restauração	-2,0	-14,0	-1,0	-13,7
Transportes e armazenagem	3,5	-15,9	-1,2	-7,0
Serviços de informação e comunicação	6,2	1,7	4,7	0,2
Financeiras e seguros	1,3	2,3	1,0	0,6
Imobiliárias	0,8	-2,1	0,0	-1,9
Outros serviços prestados às empresas	1,3	2,7	1,1	3,1
Administração pública, saúde e educação	-0,5	-0,2	1,0	0,0
Outros serviços	-0,5	4,8	-0,7	5,1
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	-0,1	0,1	-0,2	-1,2
Discrepância	0,0	0,0	0,0	0,0
Produto Interno Bruto	0,2	-1,3	0,2	-0,8

A IES veio permitir obter informação detalhada não só sobre os proveitos como também sobre os custos. Essa informação, para além de apresentar uma redução significativamente mais acentuada dos proveitos que a identificada nas contas preliminares, revelou ainda uma alteração significativa da relação técnica entre o valor da produção e os consumos intermédios em 2020, com particular incidência nos dois ramos de atividade já destacados, conforme se pode ver na figura seguinte. O aumento do peso do consumo intermédio, implicando a redução do peso relativo do VAB no valor da produção, sugere que, em muitas empresas, para preservar a capacidade de produção instalada, sob a hipótese que a crise seria temporalmente limitada, a expressiva redução da produção não foi proporcionalmente transmitida às despesas de funcionamento.

5,0 3,6 4,0 3,0 1.5 2,0 1,0 0,0 -0,1 -1,0 -0,5 -0,7 -0,8 -1,1 -2,0 Agricultura, silvicultura e pesca Adm. pública, saúde e educação Transportes e armazenagem Serv. Prest. empresas; Imobil.; Total Comércio, rep. automóvel Alojamento e restauração

Figura 12. Variação do peso relativo do consumo intermédio no valor da produção

Em consequência das revisões do PIB na ótica da produção, também na ótica da despesa foi necessário reavaliar as suas componentes (ver figura seguinte), concentrando o consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) o maior contributo para a revisão em baixa do PIB (0,8 p.p.).

Figura 13. Revisões do PIB e suas componentes – ótica da despesa

	Valor (10 <sup>6</sup> €)		Variação valor (revisão p.p.)		Variação volume (revisão p.p.)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	721	- 1 354	0,3	-1,4	0,4	-1,3
Despesa de consumo final das AP	430	419	0,2	-0,1	0,2	0,0
Formação bruta de capital	- 881	- 1 290	-0,4	-1,2	-0,4	-1,0
Exportações de bens e serviços	108	- 206	0,1	-0,4	0,1	0,0
Importações de bens e serviços	- 47	- 79	0,0	0,0	0,1	-0,2
Produto Interno Bruto a preços de mercado	425	- 2 353	0,2	-1,3	0,2	-0,8